

Edital nº 20/2017- ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o **Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Bombeiro Militar (CAOBM)**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Mata**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Bombeiro Militar (CAOBM)**, sob a supervisão do Campus de Ensino Mata da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

1.1. Da vaga para coordenador:

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	360	- Ser Oficial Superior do CBMPE e possuir, preferencialmente, o curso de Coordenação Pedagógica, realizado pela ACIDES.	01

1.2. Das vagas de instrutores titulares:

Disciplinas	C/H	Requisitos	Vagas
Ética Profissional e Cidadania	10	Curso na área de Ética e Cidadania e/ou Graduação em áreas afins.	01
Doutrina de Emprego em Defesa Civil	20	Curso na área de Sistema de Comando de Incidentes, ou de Planejamento Operacional.	01
Metodologia Científica da Pesquisa	20	Possuir curso de formação superior na área Pedagógica ou Licenciatura, ou Especialização na área de Ensino, Mestrado ou Doutorado.	01
Sistema Nacional de Defesa Civil	30	Possuir curso de Gestão em Defesa Civil ou equivalente.	01
Gestão de Pessoal	20	Possuir curso na área de Administração, Gestão de Pessoal ou áreas afins.	01
Antropologia dos Desastres	20	Possuir, preferencialmente, curso na área das Ciências Sociais ou Gestão de Desastres.	01
Gestão Orçamentária e Logística	20	Possuir curso na área de Administração, Logística, Finanças ou áreas afins.	01
Gestão de Qualidade na Administração Pública	20	Possuir curso na área de Administração ou Gestão, preferencialmente com ênfase em Gestão Pública.	01
Gestão de Emergências e Desastres	30	Curso de Gestão de Desastres, Sistema de Comando de Incidentes ou Planejamento Operacional.	01
Tecnologia da Informação aplicada à Defesa Civil	20	Possuir curso na área de Tecnologia da Informação ou áreas afins.	01
Educação Ambiental na preservação de Riscos	20	Possuir curso na área de Gestão ambiental, Ciências ambientais ou áreas afins.	01
Estudos de Vulnerabilidades Sociais e Econômicas	20	Possuir curso na área das Ciências Sociais, Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas.	01

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

Introdução as Ameaças Naturais	30	Possuir curso na área de Gestão ambiental, Ciências ambientais ou Gestão de Desastres.	01
Planejamento Estratégico	20	Possuir curso na área de Administração ou Gestão, preferencialmente com ênfase em Defesa Civil.	01
Marketing Institucional	20	Curso na área de Comunicação Social e/ou Mídias Sociais; formação em Marketing ou Administração, ou que tenha desempenhado atividade de Assessoria de Comunicação na Instituição.	01
Seminário Avançado de Pesquisa em Defesa Civil	20	Possuir Especialização na área de Ensino, Mestrado ou Doutorado.	01
Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso	20	Possuir Especialização na área de Ensino, Mestrado ou Doutorado.	01

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO**2.1. Condições Gerais**

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 44089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 20/2017 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br e vão até o dia **17/09/2017**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilita(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
CEL PM	1861 - 9	EDUARDO HENRIQUE SENNA COSTA	CEMATA
MAJ BM	920154-8	CARLOS JOSÉ DE SOUZA	CEMET II
CAP PM	960015-9	ALEXANDRE JOSÉ GOMES ALVES DE OLIVEIRA	GICAP/SDS
SGT BM	798.053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de chamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Os candidatos selecionados deverão apresentar os respectivos **planos de disciplina (PLADIS)**, devidamente identificados, a Supervisão de Ensino do Campus, no dia agendado para a reunião pedagógica, dentro do modelo estabelecido pela ACIDES, sob pena de eliminação e convocação do suplente.

4.15. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife-PE, em 06 de setembro de 2017.

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS**Anexo I
Cronograma do Processo de Seleção**

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, confirmação recadastramento e da existência de currículo do candidato na Plataforma Lattes e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 22/09/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a Declaração de Conhecimento Prático e a Declaração de Autorização da Chefia Imediata no encontro Pedagógico.	A DEFINIR	CEMATA
4	Encontro Pedagógico	A DEFINIR	CEMATA
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

Anexo II

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

DECLARAÇÃO

Eu, (Chefe imediato da atual lotação ou de Unidade anterior) _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem _____, atualmente exercendo a função de _____, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 que o(a) servidor(a), _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem _____, lotado no(a), _____, **possui conhecimento prático sobre: (nome da disciplina)** _____, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ____/____/____ a ____/____/____, no(a) (lotação atual ou Unidade anterior) _____. Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo da chefia imediata

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

Anexo III

SECRETARIA DE
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

ACIDES-PE

Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, _____, Matrícula nº _____,
CPF. _____ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina,
_____ do o **Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Bombeiro Militar(CAOBM)**,
no período de ___/___/ a ___/___/2017 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16 e o Decreto Nº 44.089, de 6 de Fevereiro De 2017)..

Recife, ___/___/_____.

[Assinatura]

De acordo,

Em, ___/___/_____.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

Anexo IV

EMENTAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DO CSBM 2017

ÉTICA PROFISSIONAL E CIDADANIA

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: A compreensão da moral, ética e deontologia de forma a estabelecer relações de cidadania com a profissão e proporcionar conhecimentos para a sua vivência. A Ética Profissional e Cidadania, seus valores e deveres associado ao espírito de corpo e a coesão entre militares. A Ética Bombeiro Militar em contraponto a Violência, Corrupção e Disfunção. O regulamento de Ética dos Militares de Pernambuco, os preceitos e o que preconiza o Estatuto dos Militares de Pernambuco tendo como norte o Código de Conduta da ONU.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Moral e ética

- 1.1. Histórico
- 1.2. Doutrinas, conceitos e diferenças.

2. O homem como agente e paciente do processo ético

- 2.1. O Eu agente e paciente das circunstâncias
- 2.2. Consciência da realidade como condição para o exercício ético
- 2.3. Indivíduo e sociedade
- 2.4. Virtudes e atitudes éticas fundamentais

3. Deontologia

- 3.1. Conceituação
- 3.2. Condições para ser uma profissão
- 3.3. O homem como ser emocional, espiritual, social e político.

4. A Ética e os aspectos jurídicos

- 4.1. Constituição Federal (Art. 5º)
- 4.2. CP, art. 325 e 326
- 4.3. Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei
- 4.4. Declaração sobre a Polícia, do Conselho da Europa
- 4.5. Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Estado de Pernambuco
- 4.6. Código Disciplinar dos Militares Estaduais de Pernambuco

5. Cidadania

- 5.1. Conceito e valores básicos
- 5.2. Princípios básicos de cidadania para o bombeiro militar
- 5.3. O profissional de segurança pública no Estado Democrático de Direito

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1988;
BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988;
DECRETO nº 22.114, de 13 de março de 2000 – Regulamento de Ética Profissional dos Militares de Pernambuco;
LEI nº 11.817, de 24 de Julho de 2000 – Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco;
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Resolução 34/69: Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. New York: ONU, 1969.

Conteudista: CEL BM Livson Correia de Vasconcelos

Doutrina de Emprego em Defesa Civil

Carga Horária: 20 horas

Apresentar problemas fundamentais na tomada de decisão estratégica em Defesa Civil, contemplando as decisões das fases de preparação, resposta e recuperação de desastres. Apresentar aos alunos os princípios essenciais para o entendimento da complexidade e dos desafios gerenciais nos níveis estratégico, tático e operacional em operações de Defesa Civil, a partir da implantação de doutrina de emprego em Defesa Civil.

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Definições para Doutrina de Emprego;
2. Emprego em situações de desastres e emergências complexas.
3. Decisões táticas e operacionais em ações de Defesa Civil.
4. Desafio gerencial de organizações de Defesa Civil.
5. Gerenciamento e Doutrina de informações de crises.
6. Inovações em Gestão de Defesa Civil.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-137 – Doutrina de Liderança da Marinha. Capítulo 1, rev. 1. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. ESG. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. 1995.

VALLA, Wilson Odirley. Doutrina de emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar. 1ª ed. Curitiba: Associação da Vila Militar-Publicações Técnicas, 1999.

_____. Deontologia Policial Militar. Ética profissional. 4ª ed. Curitiba: Associação da Vila Militar-Publicações Técnicas, 2011.

Conteudistas: CEL BM Almir da Rocha Silva

TC BM Jonas EufRASINO da Silva

Metodologia Científica da Pesquisa

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Iniciação à pesquisa na formação do oficial superior favorecendo a análise da dimensão teórico-prática e interdisciplinar. Desenvolvendo no aluno uma postura de investigação científica, que lhe permita compreender e interpretar os fenômenos sociais e educativos. Para tanto, a disciplina aborda, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa em Defesa Civil, iniciando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Intervenção), onde o aluno revisa todo referencial teórico e escolhe tema em uma área específica de sua escolha sob orientação de um docente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A pesquisa no desenvolvimento da prática docente e a formação do pesquisador.

- 1.1 Desafios e perspectivas.
- 1.2 A produção e o processo de pesquisa
- 1.3 Aspectos epistemológicos e metodológicos.
- 1.4 o projeto de pesquisa: etapas e orientações para sua elaboração.

2. Projeto de intervenção: projeto e produção escrita

- 2.1 Diretrizes, normas e instrumentalização para a construção do projeto.
- 2.2 Definições do tema e elaboração da proposta (objeto, objetivos, metodologia, cronograma, referências).
- 2.3 A pesquisa e a redação do projeto de intervenção:
- 2.4 Organização e orientação para a construção do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA & SILVEIRA, José Maria da e Emerson Sena da. Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. Normas e técnicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

Conteudistas: Maj BM José JAILTON Siqueira de Melo

Maj BM WAGNER Pereira da Silva

Sistema Nacional de Defesa Civil

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Conhecer o histórico, a política nacional e as legislações da Defesa Civil no Brasil e no Estado. Conhecer os aspectos ligados a desastres, envolvendo conceitos e classificações. Conhecer as fases do ciclo de gestão de Proteção e Defesa Civil focando a gestão de riscos de desastres. Conhecer o Sistema Nacional de Proteção Defesa Civil (SINPDEC).

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Proteção e Defesa Civil

- 1.1. Histórico: Como surgiu a Defesa Civil no Brasil e no Estado;
- 1.2. Evolução de defesa passiva para proteção civil (histórico e terminologia);
- 1.3. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC);
- 1.4. Legislações: Marcos legais (de 1943 a 2016).

2. Estudo dos Desastres (conceitos e classificações)

- 2.1. Conceitos;
- 2.2. Os desastres e sua concepção social;
- 2.3. Classificação, tipologia e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE);
- 2.4. Análise e classificação de danos e prejuízos;
- 2.5. Reflexão sobre desastres e aplicação de medidas preventivas – resiliência.

3. Fases do Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil

- 3.1. Gestão de Riscos e de Desastres;
- 3.2. Medidas estruturais e não-estruturais;
- 3.3. Diferentes Ações do Ciclo de Gestão em Defesa Civil:
 - 3.3.1. Cultura de prevenção de desastres;
 - 3.3.2. Mapeamento de áreas de risco;
 - 3.3.3. Fiscalização e vistorias técnicas em áreas de riscos;
 - 3.3.4. Manter a população informada;
 - 3.3.5. Protocolos de prevenção e alerta e ações emergências em desastres.
- 3.4. Conhecer as fases da Defesa Civil:
 - 3.4.1. Prevenção;
 - 3.4.2. Mitigação;
 - 3.4.3. Preparação;
 - 3.4.4. Resposta e;
 - 3.4.5. Recuperação.

4. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC):

- 4.1.1. Objetivo e finalidade;
- 4.1.2. Estrutura e atribuições;
- 4.1.3. Políticas de governo associadas às ações de Proteção e Defesa Civil;
- 4.1.4. Reflexões sobre a Gestão de Riscos e Desastres no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo à outra modernidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação **Lei n. 12.608**, de 10, de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br>
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. 3. ed. Brasília: MI, 2009
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de formação em defesa civil: construindo comunidades mais seguras**. 2. ed. Brasília: MI, 2005. (Curso à distância-Guia do estudante)
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC**. 5. ed. Brasília: MI, 2009
- CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Glossário de Defesa Civil estudos de riscos e medicina de desastres**. 5. ed. Brasília – DF: Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), [19--]
- CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999
- CEPED. UFSC. **Capacitação básica em defesa civil**: livro texto para educação à distância. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, **DECRETO Nº 7.257**, de 04/08/10 - Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 02JUL10, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas p/ desastre e dá outras providências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

FERREIRA, Keila. Boas Práticas Municipais em Defesa Civil do Recife – **Ações de Preparação e Contingência**. In: VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, Maceió, 2011. Anais..., Maceió, 2011

GOVERNO DO ESTADO, **DECRETO Nº 38.253**, de 04 de Junho de 2012, Institui o Manual Técnico de Defesa Civil para Resposta a Desastres no âmbito do Estado de Pernambuco, Recife, 4 DE JUNHO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 1, de 24 de agosto de 2012

MENDONÇA, F.; LEITÃO, S. **Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos**. GeoTextos, Bahia, v. 4, n. 1 e 2, p. 145-163, 2008

MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997

Portaria nº 607, de 18/05/11 - Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC

SEDEC/MI. **Portaria nº 117**, de 7 de março de 2012. Anexo VIII – DOU de 09/03/2012 – Seção I. p. 30, 2012.

Conteudista: TC BM /960050-7 - Luiz Augusto de Oliveira França

Gestão de Pessoal Carga Horária: 20 horas

Ementa: Proporcionar ao Oficial-Aluno, através da reflexão integrativa das temáticas abordadas, a consciência acerca da importância dos fundamentos da gestão de pessoas para o desenvolvimento estratégico da Corporação, permitindo-lhe uma visão crítica e construtiva do seu próprio papel como gestor de pessoas.

Temáticas Abordadas:

- 1- As organizações e a gestão de pessoas.
- 2- Papéis do gestor de pessoas.
- 3- Processos em gestão de pessoas.
- 4- Gestão estratégica de pessoas.

Obras sugeridas:

- 1- ARAUJO, Luiz César G de. **Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- 2- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- 3- GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- 4- HERSEY, Paul Hersey. BLANCHARD, Kenneth H. **Psicologia para Administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional**. São Paulo: EPU, 1986.
- 5- ANSOFF, H. Igor McDONNELL, Edward J. **Implantando a administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1993.
- 6- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico: conceito, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2001.

CONTEUDISTA: CEL BM Livson Correia de Vasconcelos

CEL BM Mat. 920433-4 Lamartine Gomes Barbosa

Antropologia dos Desastres: 20 horas

EMENTA: Proposta de entender o desastre como um evento não isolado no tempo e no espaço, e sim como um processo que se desdobra ao longo do tempo e que, em geral, afeta coletividades humanas e animais em uma dimensão espacial muito maior do que o local específico do evento crítico. Parte-se da proposta de que não há desastre que não tenha, concomitantemente, componentes ecossistêmicos e componentes tecnológicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que é um desastre?
2. A Etnografia e os desastres;
3. O Homem, o Tempo e os desastres;
4. A naturalização social dos desastres;
5. A contribuição da Antropologia nos desastres.

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, V. G.; SUAREZ, G. **Los sismos en la historia de México**: el análisis social. Tlalpan, México: CIESAS, 1996.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- CALLADO, A. **Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Editora Cultura e Barbárie, 2014.
- DOUGLAS, M; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- TADDEI, R.; GAMBOGGI, A. L. (orgs). **Depois que a chuva não veio** – respostas sociais às secas na Amazônia, no Nordeste e no Sul do Brasil. Fortaleza: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos/Instituto Comitas para Estudos Antropológicos, 2010.

Conteudista: Maj BM 798007-8 Eduardo Araripe P. de Souza

Gestão Orçamentária e Logística

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Proporcionar ao aluno do CAO conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento da Gestão Orçamentária na administração pública, compreendendo seus elementos e grau de responsabilidade funcional atinentes aos cargos públicos do seu quadro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução Orçamento:
 - 1.1. Origem e conceito, princípios orçamentários;
 - 1.2. Receitas e despesas e suas classificações;
 - 1.3. Elaboração e execução do orçamento, lei de responsabilidade fiscal, créditos adicionais;
 - 1.4. Provisão de crédito orçamentário
 - 1.5. Programação financeira
 - 1.6. Sistema E-fisco
2. Administração orçamentária no CBMPE
3. Licitação e contratos administrativos,
 - 3.1. Licitação com seu conceito e finalidade, modalidade e tipos de licitação, comissões permanente de licitação, procedimento licitatório, contratos administrativos
4. Práticas das despesas, suprimento individual, os restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e despesas decorrentes de decisão judicial,
5. Prestação e tomada de contas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião Edilson R.; e AFFONSO, Antônio Geraldo. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada**. 3ª ed. Editora Juarez de Oliveira, São Paulo: 2001.
- BARROS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 4ª ed. Saraiva, São Paulo: 1995.
- BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Secretaria de Orçamento Federal**.
Manual Técnico de Orçamento: Instruções para Elaboração da Proposta Orçamentária da União para 2002, MTO-02. Brasília: 2001.
- CASTRO, Robinson Gonçalves de; e GOMES, Luciano de Souza. **Administração e Direito Financeiro e Orçamentário**. 4ª ed. Editora Vestcon, Brasília: 2000.
- CASTRO, Robinson Gonçalves de. **Finanças Públicas**. 4ª ed. Editora Vestcon, Brasília: 2000.
- DEBUS, Ilvo; e MORGADO, Jeferson Vaz. **Orçamento Público**. 2ª ed. Editora Vestcon, Brasília: 2000.
- DEBUS, Ilvo e NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 1ª ed. ESAF, Brasília: 2002.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 10ª ed. Atlas, São Paulo: 2001.
- MACHADO JR., José Teixeira; e COSTA, Heraldo. **A Lei 4.320 Comentada**. 27ª ed. IBAM, Rio de Janeiro: 1996.
- SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins**. 1ª ed. Prisma, Brasília: 1997.
- Administração Financeira e Orçamentária** – Fábio Gondim 173
- TORRES, Ricardo Lobo. **O Orçamento na Constituição**. Renovar, Rio de Janeiro: 1995.

Conteudista: CEL BM Luciano João de **Carvalho**

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

Gestão de Qualidade na Administração Pública Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Proporcionar aos oficiais alunos o conhecimento dos parâmetros necessários à obtenção da qualidade na administração pública, através dos princípios, características e objetivos do setor público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Fundamentos da qualidade na administração pública no Brasil;
2. As organizações privadas e públicas: diferenças, objetivos e princípios;
3. Aspectos doutrinários da administração pública;
4. Qualidade e Produtividade;
5. Tendências na Gestão Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do Estado. Porto Alegre : Globo, 1959.
FREIRE, E. Ética na Administração Pública. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.
JAMESON, Samuel H. Que é Administração Pública? Fundação Getúlio Vargas. 1962.
JUND, Sergio. As novas doutrinas de Administração Pública e os seus reflexos nos controles e na Auditoria de Desempenho dos Programas Governamentais. Dissertação de Mestrado, EBAPE/FGV, 2002.
JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da Administração Pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Conteudista: CEL BM Lamartine Gomes Barbosa

Gestão de Emergências e Desastres Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Capacitar o futuro Oficial Superior na Gestão de cenários de emergências complexas, utilizando-se de recursos da operacionalidade ordinária da Corporação e do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Conceituação de Ameaça, Vulnerabilidade, Risco e Dano;
- Tipificação, classificação e dimensionamento de emergências;
- Sistema de comando de incidentes e o Comando e Controle;
- Cadeia de comando e o fluxo de informações operacionais;
- Zoneamento de emergências, áreas de trabalho e setorização de cenários adversos;
- Avaliação de cenários e o processo decisório;
- Estruturação e funcionamento de Postos de Comando;
- Priorização tática em cenários de desastres;
- Protocolos e ferramentas de comando e controle;
- Estudos de Caso sobre grandes operações e resposta a emergências complexas.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Sistema de Comando de Incidentes**. Brasília: SENASP, 2008. 144 p. Apostila do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (SDS). **Projeto de Implantação do Centro de Comando e Controle Integrado**, Recife, 2011.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual de Gestão de Crises do CBMPE**, Recife, 2016.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Sistema de Comando de Incidentes - Intermediário**, Recife, 2015.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Operação de Centros de Gerenciamento de Emergências**, Recife, 2014.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Operações de Comunicação, Comando e Controle**, Recife, 2017.
ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. Bureau of Emergency Service. **Command Procedures**. Los Angeles, 2008. 50 p.

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. U.S. Marine Corps. **Command and Control**. Washington: U S Government Printing Office, 1996. 147 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. U.S. Coast Guard. **Incident Management Handbook**. Washington: U S Government Printing Office, 2006. 372 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. Federal Emergency Management Agency (FEMA). **ICS**. Independent Study Course - Basic. Emmitsburg: FEMA, 1998. 162 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. Federal Emergency Management Agency (FEMA). **IS 775**. Emergency Operation Center (EOC) Management and Operations Course. Emmitsburg: FEMA, 2011.

LINDELL, Michael K.; PRATER, Carla S.; PERRY, Ronald W. **Introduction to Emergency Management**. [New Jersey]: John Wiley & Sons, Inc., 2007. 584 p.

Conteudista: TC BM MAT 920436-9 – Caio Hercilio Oliveira de Souza

Tecnologia da Informação Aplicada à Defesa Civil Carga Horária: 20 horas

EMENTA:

A tecnologia da educação e os novos rumos para a educação. Tecnologia como área do conhecimento humano. Aplicações tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem: possibilidades, limites e perspectivas. Ciberespaço e educação à distância: novos ambientes de aprendizagem e comunicação docente. Inserção da tecnologia da educação e da informação no cotidiano escolar: critérios para a seleção e utilização de recursos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A tecnologia como área do conhecimento humano.
2. Conceito e evolução histórica.
 - 2.1 a ciência e a tecnologia em tempos de incerteza;
 - 2.2 a informática na sociedade em que vivemos;
3. As novas tecnologias da comunicação e informação,
4. A escola e os professores.
 - 4.1 novas exigências educacionais e profissão docente;
5. Conhecimento, aprendizagem e conteúdos de ensino em informática na educação.
6. Ensino e aprendizagens inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas.
7. Ciberespaço e educação à distância: novos ambientes de aprendizagem e comunicação docente.
 - 7.1 a interatividade no ciberespaço;
 - 7.2 o conhecimento compartilhado;
 - 7.3 os modos de produção e recepção do texto escrito no ciberespaço;
8. A hipertextualidade;
 - 8.1 a virtualidade na educação: limites e possibilidades;
 - 8.2 Educação à distância: bases conceituais e evolução histórica;
 - 8.3 A ação docente e discente na ead: uma realidade, muitos desafios

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Fátima Bayma. Tecnologia da informação e comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2ª Ed., 2007.

REIS, D. R. dos. Gestão da inovação tecnológica. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.

STAREC, C.; GOMES, E.; BEZERRA, J. Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva. 4.a tiragem revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2006.

Conteudista: Maj BM Gustavo Coutinho de Amorim Damasceno

Educação Ambiental na Prevenção de Riscos Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Apresentar e discutir os conceitos e dimensões da gestão e educação ambiental, abordando seus instrumentos de apoio e políticas nacionais de conservação, sustentabilidade e proteção do meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Percepção do meio ambiente.

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

2. Definição e conceito de Educação Ambiental.
3. Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).
4. Questões sociais aplicadas as áreas de risco.
5. Participação comunitária e popular na prevenção e atendimento de desastres.
6. Resposta social aos planos de emergência e de gestão de risco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, C. (org.). **Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

Conteudista: Maj BM José Roberto da Silva

Estudos de Vulnerabilidades Sociais e Econômicas Carga Horária: 20 horas

EMENTA:

Apresentar e discutir os parâmetros governamentais para o Diagnóstico e Avaliação de Políticas Sociais, como Linha de Pobreza e identificação de bolsões de vulnerabilidade social. Apresentação de Metodologias para avaliação de boas práticas de gestão pública: a análise esforços/resultados, envoltória de dados, a análise de impacto. Sistemas Computacionais de Informação e Sistemas de Indicadores de Monitoramento de Programas Sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Vulnerabilidade econômica, redução de risco, estrutura institucionais.
2. Resiliência e redução de riscos de populações em desvantagem para lidar com os desastres naturais.
3. Relação entre vulnerabilidade e capacidade adaptativa dos sistemas humanos.
4. Obstáculos externos para adaptação e ligações entre escalas quanto à capacidade adaptativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

COSTA, F.L. & CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 37(5):969-992, 2003.

JANNUZZI, P.M. Indicadores sociais no Brasil. Campinas, Alínea/PUC-Campinas, 2003. JANNUZZI, P.M. e CAVATI So., H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Rio de Janeiro, 2005 (mimeo). MENDONÇA, L.E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

Introdução à Ameaças Naturais Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Apresentar os principais conceitos e classificações das ameaças naturais, especificando os possíveis desastres decorrentes das ameaças e suas consequências, além da discussão estratégica das políticas públicas de prevenção e reparação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Ameaças Naturais: Definições e classificações.
2. Origem e Dinâmica de Desastres de Causa Meteorológica: Tempestades, Ciclones, Furacões, Tornados, Trombas D'água, Nevadas Granizos, Geadas, Ondas de Calor, Queda de Umidade e Incêndios Florestais.
3. Origem e Dinâmica de Desastres de Causa Hidrológica: Enchentes, Enxurradas, Alagamentos, Pororoca, Estiagens, Secas, Inundações Litorâneas.
4. Origem e Dinâmica de Desastres de Causa Geomorfológica: Deslizamentos, Erosão, Terras Caídas.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Luciana Toledo de. **A política ambiental: uma análise econômica.** Campinas (SP): Papyrus, Unesp, 1998.

BRASIL. Secretaria Especial de Defesa Civil. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília, 1994.

CONTI, Bueno. **Clima e meio ambiente.** São Paulo: Atual, 1998.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra.** São Paulo: Edgar Blücher, 1995.

LEINZ, Víktor, LEONARDOS, Othon Henry. Glossário geológico. 2.ed São Paulo Ed Nacional, 1977.

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

LIMA E SILVA, Pedro Paulo. **Dicionário brasileiro de Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 2000.

VERNIER, Jacques. **O meio ambiente**. Campinas: Papirus, 2000.

Conteudista: Maj BM **Márcio** Gustavo Tenório Cavalcanti

Planejamento Estratégico Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Apresentar ao aluno os principais conceitos e teorias sobre Planejamento estratégicos das organizações modernas. Abordar a origem do planejamento estratégico e a sua conceituação de maneira que o aluno adquira uma visão geral de um planejamento estratégico completo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Concepções de Estratégia e do Planejamento Estratégico.
2. Análise Interna e do Macroambiente.
3. Cultura organizacional, mudança Cultural e o papel estratégico de Recursos Humanos.
4. A cultura da excelência.
5. Diagnóstico Organizacional: Variáveis comportamentais, ambientais e organizacionais.
6. Construindo o Planejamento Estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Eliezer Arantes da Costa., "Gestão Estratégica". São Paulo: Saraiva, 2002.

JURAN, J.M. Planejamento para a qualidade. São Paulo: Pioneira, 1992.

KAPLAN, Robert S., NORTON, David P. "Organização orientada para a estratégia". Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REBOUÇAS, Djalma de Pinho., "Planejamento Estratégico: Conceitos metodologia práticas". São Paulo: Atlas, 2001.

TAVARES, Mauro Calixta., "Gestão Estratégica". São Paulo: Atlas, 2000.

Conteudista: CEL BM Clóvis Fernandes Dias **Ramalho**

Marketing Institucional Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecer a relação entre a comunicação organizacional e a identidade corporativa, através do gerenciamento e posicionamento da marca e da memória institucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 2 Comunicação organizacional;
- 3 Identidade corporativa;
- 4 Memória institucional;
- 5 Posicionamento e força da marca;
- 6 Relação da assessoria de imprensa do Corpo de Bombeiros com a mídia.
7. Comunicação social em áreas de risco e de desastres.

REFERÊNCIA:

CAHEN, Roger. Comunicação Empresarial, a imagem como patrimônio da empresa e ferramenta de marketing. 6 ed. São Paulo : Best Seller, 1998;

DUARTE, Jorge (org.); MOUTINHO, Ana Viale (colab.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003;

HELOANI, R. Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar. São Paulo. Cortez, 1994;

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1999;

LEVACOV, Marília. Tendências na Comunicação. Porto Alegre: L&PM, 1998;

MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. . São Paulo: Atlas, 1999; NOGUEIRA, Nemércio. Media Training: Melhorando as relações da empresa com os jornalistas de olho no fim da Comunicação Social. 1 ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999;

STEWART, Thomas A. Capital Intelectual: A Nova vantagem Competitiva das Empresas. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Conteudista: MAJ BM José **Aldo** da Silva

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

Seminário Avançado de Pesquisa em Defesa Civil.

Carga Horária: 20 horas

EMENTA:

Propõem-se leituras e discussões de textos científicos e estudos de temas atuais ou emergentes em Defesa Civil. A Disciplina tem como finalidade o desenvolvimento de habilidade na busca de informações técnico-científicas e a capacitação na análise crítica das informações apresentadas e discutidas em grupos. A disciplina será conduzida na forma Seminários. Assim, busca-se complementar a formação do Oficial Superior introduzindo outros aspectos do método científico na pesquisa de temas de Defesa Civil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Desastres naturais no Brasil.
- Estudos de casos das Enchentes em Pernambuco: 2010 e 2017.
- O Haiti: Uma experiência compartilhada.

BIBLIOGRAFIA:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 1983.

DEMO, P. Pesquisa como princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, M. de O.; CASTRO, N. C. de. Como fazer um projeto de pesquisa. São Paulo: PUC, 2000. mimeo.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LÜCK, Heloisa. *Metodologia de projetos*. Uma ferramenta de planejamento e gestão. São Paulo: Vozes, 2003.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2001.

Conteudistas: Maj BM **Cristiano** Correia

Maj BM 798007-8/ Eduardo **Araripe** P. de Souza

Orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso

Carga Horária: 20 horas

EMENTA:

Iniciação à pesquisa favorecendo a análise da dimensão teórico-prática e interdisciplinar. Desenvolver no discente uma postura de investigação científica, que lhe permita compreender e interpretar os fenômenos sociais e educativos. Para tanto, a disciplina aborda os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa, iniciando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Intervenção), onde o aluno revisa todo referencial teórico e escolhe tema em uma área específica de sua escolha sob orientação de um docente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A pesquisa no desenvolvimento da prática docente e a formação do pesquisador.

1.4 Desafios e perspectivas.

1.5 A produção e o processo de pesquisa

1.6 Aspectos epistemológicos e metodológicos.

1.4 O projeto de pesquisa: etapas e orientações para sua elaboração.

2. **Projeto de intervenção:** projeto e produção escrita.

2.1 diretrizes, normas e instrumentalização para a construção do projeto.

2.2 definições do tema e elaboração da proposta (objeto, objetivos, metodologia, cronograma, referências).

2.3 a pesquisa e a redação do projeto de intervenção.

2.4 organização e orientação para a construção do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 1983.

DEMO, P. Pesquisa como princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, M. de O.; CASTRO, N. C. de. Como fazer um projeto de pesquisa. São Paulo: PUC, 2000. mimeo.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LÜCK, Heloisa. *Metodologia de projetos*. Uma ferramenta de planejamento e gestão. São Paulo: Vozes, 2003.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2001.

Conteudistas: Maj BM **Cristiano** Correia

Maj BM 798007-8/ Eduardo **Araripe** P. de Souza

Edital nº 20/2017 - ACIDES/SDS

VISTO	
GESTOR DA GICAP/SDS	
CHEFE DO SETOR DE PROJETOS/GICAP/SDS	
CHEFE DA UNIDADE DE APOIO E ENSINO/GICAP/SDS	
CHEFE DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO FORMATIVA/GICAP/SDS	